



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**  
 Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

### TERMO DE AUDIÊNCIA

Processo nº: **0005981-05.2016.8.26.0566 - 2016/001403**  
 Classe - Assunto: **Ação Penal - Procedimento Ordinário - Furto**  
 Documento de Origem: **IP, BO - 144/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos, 864/2016 - 3º Distrito Policial de São Carlos**  
 Réu: **JOÃO BATISTA DA CRUZ**  
 Data da Audiência: **15/10/2018**

Justiça Gratuita

Audiência de instrução e julgamento nos autos do processo acima mencionado que a Justiça Pública move em face de **JOÃO BATISTA DA CRUZ**, realizada no dia 15 de outubro de 2018, sob a presidência do **DR. CLAUDIO DO PRADO AMARAL**, MM. Juiz de Direito. Apregoados, verificou-se a presença do **DR. MARCELO BUFFULIN MIZUNO**, DD. Promotor de Justiça; a presença do acusado, devidamente escoltado, acompanhado do Defensor Público **DR. JOEMAR RODRIGO FREITAS**. Iniciados os trabalhos, pelo MM Juiz foi indagado a acusação e a defesa se concordam que as perguntas sejam feitas inicialmente pelo Juiz, passando-se a seguir, às reperguntas pelas partes. Acusação e Defesa responderam que concordam. Em seguida, foram inquiridas a vítima GABRIEL CAURIN CORREA e a testemunha REINALDO CARLOS GUEDES. Com base no artigo 217 do CPP foi determinada a saída do réu da sala de audiências durante o depoimento da vítima. Por fim, foi realizado o interrogatório do acusado (*Depoimentos registrados por meio audiovisual, de acordo com o previsto no artigo 405, § 1º do Código de Processo Penal, tendo sido juntados aos autos em consonância com os artigos 150 e 1.270 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). Após, não havendo outras provas a serem produzidas (artigo 402 do CPP), o MM Juiz determinou que se passasse aos debates orais (artigo 403 do CPP), os quais foram



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.	

realizados em mídia digital (*Conteúdo captado pelo registro audiovisual, tendo sido juntado aos autos de acordo com o artigo 150 das Normas da Corregedoria Geral da Justiça*). A seguir o MM. Juiz proferiu a seguinte **SENTENÇA: Vistos, etc. JOÃO BATISTA DA CRUZ**, qualificado nos autos, foi denunciado como incurso no artigo 155, "caput" da Lei 11.343/2006. O réu foi citado e ofereceu resposta, não sendo o caso de absolvição sumária. Em audiência foi produzida a prova oral. Em alegações finais, o representante do Ministério Público requereu a procedência nos termos da denúncia, com fixação de pena no mínimo legal, reconhecimento do privilégio. A defesa requereu o decreto absolutório e subsidiariamente aplicação de pena no mínimo legal. **É o relatório. DECIDO.** Nesta audiência, ao ser interrogado o acusado negou o fato narrado na denúncia. Todavia, a prova acusatória é firme. Conforme declarou o vigilante do campus da USP, o réu foi perfeitamente identificado quando, no dia dos fatos, deixava o campus conduzindo a bicicleta da vítima, conforme gravações do circuito de vigilância por imagens. Nos dias seguintes, o réu foi visto novamente pelo vigilante, e aí reconhecido, foi seguido até o momento em que tentava novamente praticar um furto. E no exato momento em que tentava fazê-lo foi detido. No mesmo sentido foram as declarações da vítimas. Note-se que, conforme prova produzida nesta data, o réu usava os mesmas roupas do dia do furto narrado na denúncia. Não tenho dúvidas sobre a autoria imputada ao acusado. Procede a acusação. Passo a fixar a pena. Fixo a pena base no mínimo legal de 01 ano de reclusão e 10 dias-multa, e com base no art. 155, § 2º, do CP, considerando a ousadia e prejuízo, reduzo a pena de 1/3 perfazendo o total de 08 meses de reclusão e 06 dias-multa. Fixo o valor do dia multa no mínimo legal. Com base no artigo 33, § 2º, c, do CP e Súmulas 718 e



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

**COMARCA DE SÃO CARLOS**

**FORO DE SÃO CARLOS**

**2ª VARA CRIMINAL**

Rua Conde do Pinhal, 2061, Centro, São Carlos - SP - CEP 13560-140

FLS.

719 do STF, o acusado deverá iniciar o cumprimento da medida em regime aberto. Com base nos artigos 43 e 44 do C.P., substituo a pena privativa de liberdade por prestação pecuniária no valor de um salário mínimo em favor da vítima GABRIEL CAURIN CORREA. Ante o exposto, julgo procedente o pedido contido na denúncia condenando-se o réu **JOÃO BATISTA DA CRUZ** à pena pecuniária no valor de 01 salário mínimo em favor da vítima e 06 dias-multa no mínimo legal, por infração ao artigo 155, § 2º, do Código Penal. Publicada em audiência saem os presentes intimados. Comunique-se. **Pelo acusado foi manifestado o desejo de não recorrer da presente decisão.** Nada mais havendo, foi encerrada a audiência, lavrando-se este termo que depois de lido e achado conforme, vai devidamente assinado. Eu, \_\_\_\_\_, Marco Antonio Manenti, Escrevente Técnico Judiciário digitei e subscrevi.

Juiz(a) de Direito: **CLAUDIO DO PRADO AMARAL**

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**

Promotor:

Acusado:

Defensor Público: